



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

02

PROJETO DE LEI N.º 50 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 20/10/2010

Dá nova redação aos arts. 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 199, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007.

1º Secretário

Lei:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Os artigos abaixo enumerados da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007, passam a ter a seguinte redação.

“Art. 3º O prazo de fruição do incentivo à irrigação, através da concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural, que utiliza processo de irrigação, inclusive os piscicultores e aquicultores, encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014 (NR)

Art. 6º O atraso do pagamento da conta de energia elétrica por dois meses consecutivos, acarretará a perda do benefício, que retornará automaticamente com a quitação do débito”. (NR)

Art. 2º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em
Teresina (PI), 21 de setembro de 2010.

Dep. **EDSON FERREIRA**

Dep. **WARTON SANTOS**

Dep. **JOÃO MADISON**

SEÇÃO LEGISLATIVA
nos termos regimentais
assinha-se a

Protocolo

[Assinatura]

Renata Santos E. Carvalho
Secretaria Legislativa

22.10.10

Órgão	Or
Número	m. 1479/10
Data	22.10.10
Assunto	Proj. Lei
Matrícula	
Rubrica	Ferreira



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

PROJETO DE LEI N.º 50 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 20/10/2010

Dá nova redação aos arts. 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 199, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007.

1º Secretário

Lei:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Os artigos abaixo enumerados da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007, passam a ter a seguinte redação.

“Art. 3º O prazo de fruição do incentivo à irrigação, através da concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural, que utiliza processo de irrigação, inclusive os piscicultores e aquicultores, encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2018. (NR)”

Art. 6º O atraso do pagamento da conta de energia elétrica por dois meses consecutivos, acarretará a perda do benefício, que retornará automaticamente com a quitação do débito”. (NR)

Art. 2º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), 21 de setembro de 2010.


Dep. **EDSON FERREIRA**


Dep. **WARTON SANTOS**

Dep. **JOÃO MADISON**



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 25/10/10

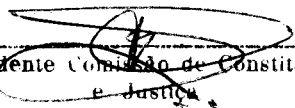
Elisapets

Conceição de Maria Hages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antônio
Vieira

para relatar.

Em 26/10/10


Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

PROJETO DE LEI: 50 /10

PROCESSO : AL 1479/10

AUTOR: DEPUTADO EDSON FERREIRA E OUTROS

RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

APROVADO A UNANIMIDADE

em, 30 / 11 / 10

Presidente da Comissão de

Justiça

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei 50/10 de autoria do Deputado Edson Ferreira, alterando a redação dos arts. 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007.

II – PARECER

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da constitucionalidade, conclui-se:

De acordo com o art. 95 do Regimento Interno, a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí exerce sua função legislativa através da proposição. Dentre estas proposições encontram-se os projetos de lei, como reza o art. 96, I, b:

“Art. 96 – As proposições se constituem em:

I – voluntárias:

(...) b) Projeto de lei”.

III – VOTO

Com base no princípio do **Interesse Público**, esta relatoria é a favor do normal tramite da presente proposição.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 09 de novembro 2010.

Atenciosamente,

Antônio Uchôa
RELATOR

Avenida Marechal Castelo Branco, s/n – Teresina-PI



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

02

PROJETO DE LEI N.º 50 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 20/10/2010

Dá nova redação aos arts. 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 199, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007.

1º Secretário

Lei:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º Os artigos abaixo enumerados da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007, passam a ter a seguinte redação.

“Art. 3º O prazo de fruição do incentivo à irrigação, através da concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural, que utiliza processo de irrigação, inclusive os piscicultores e aquicultores, encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014 (NR)

Art. 6º O atraso do pagamento da conta de energia elétrica por dois meses consecutivos, acarretará a perda do benefício, que retornará automaticamente com a quitação do débito”. (NR)

Art. 2º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em
Teresina (PI), 21 de setembro de 2010.

Dep. **EDSON FERREIRA**

Dep. **WARTON SANTOS**

Dep. **JOÃO MADISON**

SEÇÃO LEGISLATIVA
nos termos regimentais
assinha-se a

Protocolo

Renia Bantas E. Carvalho

Renia Bantas E. Carvalho
Secretaria Legislativa

22.10.10

Órgão	Or
Número	m. 1479/10
Data	22.10.10
Assunto	Proj. Lei
Matrícula	
Rubrica	Ferreira



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI AL- 50/2010.

“Dá nova redação aos art.s 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007.”

Autores: Dep. Edson Ferreira, Dep. Warton Santos e Dep. João Madison

Relator: Dep. Antonio Uchôa

PARECER DO RELATOR

RELATÓRIO.

A presente proposição foi distribuída a este relator na forma regimental prevista no inciso I do Art. 30, alínea “a” do inciso I do Art. 34, Art. 59 e Art. 63 para proferir parecer técnico sob o aspecto constitucional da aludida proposição.

O projeto sob epígrafe propõe alteração dos art.s 3º e 6º da Lei nº 4.995, de 30 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 5.630, de 15 de janeiro de 2007, especialmente por estarmos no final de ano e os efeitos da lei que garante aos pequenos produtores o subsidio sobre a conta de energia elétrica poderá não ter mais validade a partir de 31 de dezembro de 2010.

Com efeito o projeto de lei possui um pequeno erro de técnica legislativa que precisa ser sanado sob pena de torná-lo inócuo, assim deve-se considerar que no art. 3º a data correta seja 31 de dezembro de 2014, e desconsiderar que existiu correção feita de forma manuscrita.

VOTO DO RELATOR.

Desta forma para corrigir o erro faz-se necessário que seja contemplada a Emenda de Redação abaixo subscrita na forma do § 6º do Art. 117 do Regimento Interno.

EMENDA DE REDAÇÃO

Art. 1º O art. 3º do art. 1º do Projeto de Lei nº 50 de 20 de outubro de 2010 passa a ter a seguinte redação:

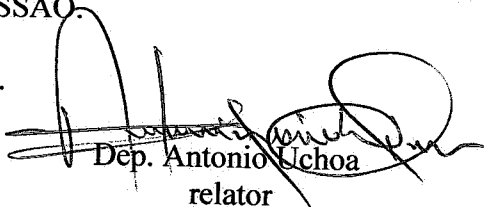
“Art. 3º O prazo de fruição do incentivo à irrigação, através de concessão de subsídio, no consumo de energia elétrica, por estabelecimento de produtor rural, que utiliza processo de irrigação, inclusive os piscicultores e aquicultores, encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2014”.(NR)

Pelo exposto o voto do relator é que o projeto de lei é constitucional e merece ser aprovado por esta Comissão com a Emenda enfocada. É o voto do relator.

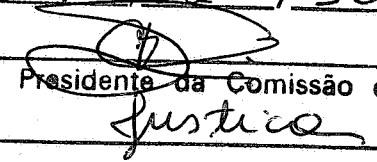
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 07 de dezembro de 2010.

PARECER DA COMISSÃO.

() Pela aprovação.


Dep. Antonio Uchoa
relator

() Pela rejeição.

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 14 / 12 / 10

Presidente da Comissão de Justiça

